

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E DIREITOS HUMANOS - CECED

Parecer n.º 06 de 19 de Dezembro de 2022. (NOVO REGIMENTO)

Projeto de Lei n.º 99/2022 de 15 de Agosto de 2022.

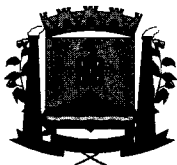
Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, *“Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.591, de 20 de Abril de 2007, que dispõe sobre o serviço público de transporte coletivo e individual de passageiros do Município de Ubá, e dá outras providências”*.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 44 do Regimento Interno que relata:

“Art. 44. Compete à Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Direitos Humanos, manifestarse, dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

- I - política e sistema educacional e cultural;*
- II - política de desenvolvimento e proteção do patrimônio histórico-geográfico, arqueológico, cultural, artístico, científico e arquivístico;*
- III - assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais e à cidadania;*
- IV - assuntos relativos à família, mulher, criança, adolescente, idoso e grupos sociais minoritários.*
- V - promoção dos eventos municipais;*
- VI - política de promoção da educação física, e do desporto amador em geral;*
- VII - política de incentivo do esporte e sua subvenção;*
- VIII – política de desenvolvimento e incentivo ao turismo;*
- IX – tratar de assuntos relativos aos Direitos Humanos*



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundamentação

De acordo com o art. 30 da Constituição da República, em seu inciso V, é dito que:

“Art. 30. Compete aos municípios:

(...)

V – Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

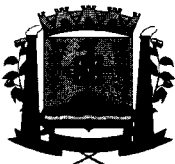
(...)”

A mensagem nº 68, encaminhada juntamente ao Projeto de Lei nº 99/2022, explica que as alterações que estão sendo propostas tem como OBJETIVO PRIMORDIAL melhorar o regramento legislativo acerca do transporte coletivo e, principalmente, aperfeiçoar os mecanismos de controle da administração pública sobre o serviço concedido, de forma a permitir uma fiscalização mais eficiente e um acompanhamento o mais contemporâneo possível da prestação dos serviços, tendo em mira a qualidade do serviço ofertado aos usuários, assim como um melhor controle e economia dos recursos públicos diretamente aplicados, notadamente no transporte escolar.

Um importante ponto que este relator destaca é que o prazo de vigência do Contrato com a empresa concessionária do Serviço de Transporte Público Coletivo em Ubá e a Prefeitura já acabou (quando o Projeto de Lei nº 99/2022 foi encaminhado, ainda estava em vigor o contrato). Assim sendo, é necessário divulgar o novo edital de concorrência para uma nova concessão. Acontece que para que o mencionado Edital seja feito, é previsto que ele esteja alicerçado em uma legislação local moderna e capaz de oferecer ao Poder Público ferramentas de fiscalização e controle que permitam garantir os direitos dos usuários.

Seguindo ainda no que foi dito pela Mensagem nº 68, é mencionado que as mudanças apresentadas tendem a trazer para o ordenamento jurídico municipal novas tecnologias e ferramentas de gestão do serviço público de transporte coletivo, buscando assim mais eficiência e alcançando mais eficácia.

Importantíssimo destacar que o transporte escolar também estará sendo inserido nas alterações propostas por este Projeto de Lei nº 99/2022.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Partindo agora para uma análise mais pontual do que está sendo apresentado, este relator lembra que atualmente a Lei Municipal nº 3.591/2007 é que *“dispõe sobre o serviço público de transporte coletivo e individual de passageiros no município de Ubá”*. Entre algumas das mudanças propostas estão:

- No art. 2º, os incisos XXI, XXII e XXIII estão sendo incluídos. Eles versam sobre regular as gratuidades do serviço de transporte público; sobre regular o sistema de bilhetagem eletrônica e demais tecnologias embarcadas no sistema de transporte público e, por último, regular e aplicar a avaliação de desempenho do sistema de transporte público.

- No art. 3º, incluiu-se o serviço de **transporte Individual por MOTOCICLETA**, compreendendo o transporte de pessoas no âmbito do Município através de modos individuais, destinado ao atendimento de necessidades específicas de deslocamento dos cidadãos

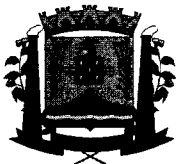
- No art. 32, incluiu-se que as representações e reclamações individuais ou coletivas deverão ser processadas e analisadas pela concessionária. Além disto, em caso de acidente no transporte, a assistência deverá ser por parte da concessionária.

- O art. 44A torna-se extremamente relevante, uma vez que o mesmo coloca que **TODOS** os veículos destinados aos serviços de transporte coletivo **DEVERÃO SER LICENCIADOS E EMPLACADOS** em Ubá. Já o Art. 44B propõe que as idades **MÁXIMAS** individuais dos veículos em operação e a idade média da frota em operação no sistema deverão estar dentro dos parâmetros mínimos estabelecidos no edital de licitação e no contrato de concessão.

- Sobre as revisões da tarifa pública e de remuneração da prestação do serviço, elas observarão a periodicidade mínima estabelecida pelo Poder Público, de acordo com o estabelecido no edital. Nos incisos é mencionado, inclusive, a possibilidade de *“aferir o equilíbrio econômico-financeiro do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, conforme parâmetros, metodologia de cálculos ou indicador definido em edital licitatório ou no contrato de prestação de serviço”*.

- Buscando dar mais transparência em relação as cobranças, é dito no art. 70A que a empresa deverá informar ao Poder Público Concedente, no praxe de **ATÉ CINCO DIAS**, as reclamações de usuários ou de terceiros acerca da prestação de serviços, assim como da resposta dada ao reclamante.

- Falando sobre as **GRATUIDADES E DESCONTOS**, no art. 95B é dito que o desconto consistirá no direito de utilização dos serviços efetuando o pagamento do mesmo de forma parcial, conforme previsto na legislação vigente. Sobre as gratuidades, é importante dizer que elas serão garantidas aos menores de 5 anos que puderem se acentar no colo do responsável e aos idosos com mais de 65 anos desde que o mesmo apresente documento de idade de caráter oficial que faça prova de sua idade e que contenha sua foto. Já os deficientes físico, mental ou sensorial ou com alguma doença crônica, deverão apresentar o atestado médico do



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

profissional vinculado ao SUS.

- Outro ponto muito solicitado e que está sendo mencionado neste Projeto de Lei nº99/2022 é a questão do "Bilhete Eletrônico". De acordo com o art. 95K, ele será um instrumento de cobrança da tarifa e de controle da demanda e da oferta. Este sistema será constituído por equipamentos de validação de cartões inteligentes, recarregáveis, com créditos de viagem, instalados nos veículos do serviço de transporte público coletivo.

- Em relação ao Serviço de Transporte Escolar, é dito no art. 102A que o Programa de Transporte Escolar Ubaense terá como objetivo garantir aos alunos residentes em Ubá, que estejam matriculados na rede pública de ensino, o acesso às escolas de educação básica.

- As multas descritas ficam convertidas em UFEMG (Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais)

Por fim, este relator chama a atenção a questão do Subsídio Tarifário. De acordo com o art. 95Y, ficará o poder público autorizado a conceder este subsídio ao Transporte Público Coletivo sob o regime de concessão ou permissão do serviço público, assegurando a modicidade das tarifas, a generalidade do transporte público coletivo e a preservação do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão ou permissão.

Conclusão

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei n.º 99/2022.

Ubá, 19 de Dezembro de 2022.



JANE CRISTINA LACERDA PINTO
RELATORA

MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):



Aprovado



Rejeitado

Por: _____

Em: ____/____/____



Vereador José Damato Neto
Presidente da CECED

Rua Santa Cruz, N.º 301, Centro. CEP: 36.500-059

Telefax: (32) 3539-5000